

MULHERES LIDERANÇAS RURAIS, PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E TRABALHO DE CUIDADO DURANTE A PANDEMIA DE COVID -19

RURAL WOMEN´S LEADERSHIP, POLITICAL PARTICIPATION AND CARE DURING THE COVID-19 PANDEMIC

Lorena Lima de Moraes¹

UFRPE-UAST: <http://orcid.org/0000-0002-8656-2412>

Shana Sampaio Sieber²

UFRPE-UAST: <http://orcid.org/0000-0001-5286-4589>

Juliana Nascimento Funari³

UFRPE-UAST: <http://orcid.org/0000-0002-3035-2950>

DOI: <https://doi.org/10.21680/1982-1662.2020v3n28ID21574>

Resumo

O presente artigo buscou refletir sobre a vida das mulheres diante da pandemia da Covid-19 destacando o trabalho das lideranças rurais na mitigação da disseminação do coronavírus em suas comunidades. Partimos das realidades de oito mulheres lideranças rurais, através de entrevistas realizadas via aplicativo para dispositivos móveis, que relataram suas dificuldades e desafios a partir da sua atuação política e comunitária em diferentes contextos do Nordeste brasileiro durante a pandemia. Recorremos às diversas teorias feministas e feminismos para refletir sobre a linha contínua que aloca as esferas pública e privada na compreensão da atuação política das mulheres rurais, os comportamentos das pessoas durante a pandemia de Covid-19, a reprodução dos estereótipos de gênero, assim como as situações de violência e as estratégias locais que perpassam pelo cuidado e pelo autocuidado. No mundo rural, também são as mulheres que seguem na linha de frente na luta pela sobrevivência e sustentabilidade da vida comunitária, antes e durante a pandemia.

Palavras-chave: Lideranças rurais; cuidado; sobrevivência comunitária; sustentabilidade da vida.

¹ Email: lorena.moraes@ufrpe.br

² Email: shanasieber@yahoo.com.br

³ Email: funari.juliana@gmail.com

Abstract

This article aims at reflecting upon the lives of women in the face of the Covid-19 pandemic, highlighting the work of female rural leaders in mitigating the spread of coronavirus within their communities. We began by investigating the current lives of eight rural community leaders, through interviews carried out via mobile app devices. The women reported on their difficulties and challenges based on their political and community activities in different contexts in the Brazilian Northeast during the pandemic. The research was informed by a host of feminist theories and feminisms, reflecting on the continuous line that allocates the public and private spheres in understanding the political performance of rural women, people's behaviour during the Covid-19 pandemic, the reproduction of gender stereotypes, as well as situations of violence and local strategies that pervade care and self-care. In the rural world, it is also women who are at the forefront in the struggle for the survival and sustainability of community life, before and during the pandemic.

Keywords: rural leadership; care; community survival; life sustainability.

Introdução

No mundo rural, as mulheres vêm lutando por alternativas mais justas frente às desigualdades de gênero e à injusta divisão sexual do trabalho, evidenciando cada vez mais as sobrecarregadas jornadas de trabalho no *continuum* entre o trabalho produtivo e reprodutivo. Com a situação da pandemia da Covid-19, as consequências da crise econômica e sanitária vêm se diferenciando para homens e mulheres, fazendo com que, novamente, as mulheres sejam desproporcionalmente mais afetadas.

No prenúncio da saturação dos sistemas de saúde, e/ou inexistência deles, sobretudo nas áreas rurais, com o fechamento das escolas, postos de trabalhos suspensos, a família mais presente em casa, a carga de trabalho doméstico e de cuidado aumenta e as desigualdades de gênero se aprofundam. Entre as mulheres que são lideranças comunitárias este cenário se intensifica ainda mais, pois além

do aumento do trabalho doméstico e de cuidado familiar, soma-se o cuidado com a comunidade através da sua participação política e comunitária.

Logo, o presente artigo pretende refletir sobre o cotidiano das populações rurais à luz das relações de gênero diante da pandemia da Covid-19, destacando o trabalho das lideranças rurais frente às estratégias de mitigar a disseminação do novo coronavírus (SARS-CoV-2) em suas comunidades. Nesse sentido, apresentaremos distintas realidades das mulheres rurais através da reflexão de oito lideranças, que a partir da sua atuação política e comunitária relatam as dificuldades que assolam a população rural durante a pandemia, expõem suas resistências e desafios, enquanto pessoas de referência na comunidade, e, sobretudo, ecoam vozes de diferentes contextos do Nordeste brasileiro.

Contamos com a participação de três lideranças do Maranhão, quatro do Semiárido pernambucano e uma do Tocantins. Os relatos foram obtidos através da utilização do *whatsapp* - aplicativo para dispositivos móveis - como ferramenta de comunicação com as mulheres participantes. A escolha das mulheres se deu mediante as relações de confiança e solidariedade estabelecida durante a nossa trajetória enquanto pesquisadoras, extensionistas e educadoras, que se mantém para além das atividades presenciais, permitindo o diálogo e cooperação neste momento inusitado que nos acomete. Enviamos seis perguntas para as lideranças através do aplicativo, questionando-as sobre as dificuldades que as mulheres estão enfrentando; a percepção acerca do comportamento das pessoas, de suas respectivas comunidades, em relação ao isolamento social; a atuação delas enquanto liderança comunitária; os sentimentos e emoções ao estar neste papel e, sobre autocuidado.

É válido ressaltar que as companheiras lideranças rurais que participaram deste trabalho precisaram dispor de internet para acessar os nossos questionamentos e, então, respondê-los. As respostas foram enviadas por mensagem de texto ou por áudio, em diferentes dinâmicas. A depender da qualidade da internet, da disponibilidade de tempo e familiaridade com o tipo de “diálogo” proposto, algumas mulheres responderam todas as perguntas no mesmo dia, outras, responderam uma pergunta por vez, uma ou duas perguntas por dia. Deste modo, podemos perceber que essas mulheres, que são lideranças rurais de distintas partes do Nordeste brasileiro, possuem modos de vida, ocupações e

tempos distintos. Abaixo, no Quadro 1 apresentamos os perfis das lideranças contatadas, considerando suas identidades, etnia, ocupação, onde atuam e seus respectivos municípios e estados de origem. É válido ressaltar que os nomes das mulheres correspondem àqueles de seus registros civis, pois, tanto as pesquisadoras quanto as lideranças entendem que seus trabalhos comunitários podem e devem ser publicizados. Neste sentido, as oito mulheres autorizaram o uso de seus nomes verdadeiros.

Quadro 1 - Perfil das lideranças rurais

Nome	Idade	N ° de filhas/ os	Situação Conjugal	Identidade/etnia/Ocupação	Locais de atuação	Município-UF	Data de envio das respostas
Rosenilde Santos (Rosa)	58	3	Casada	Mulher preta e Quebradeira de coco babaçu	MIQCB ⁴ – MA Liderança	Viana – MA	04/04/20
Maria José Souza (Mazer)	46	3	Divorciada	Mulher negra, Quilombola e professora	Liderança da Comunidade Quilombola do Feijão e Posse; Fórum de Mulheres de Mirandiba	Mirandiba – PE	04/05/20
Maria Ednalva da Silva	56	3	Divorciada	Mulher branca, Trabalhadora rural	Coordenadora do MIQCB – TO Liderança do Povoado Verde, diretora da FETAET ⁵	Axixá – TO	02/05/20
Cícera Nunes	44	0	Casada	Mulher negra, Agricultora familiar e assentada da reforma agrária	FETAPE ⁶	Serra Talhada - PE	04/05/20
Maria do Rosário	59	4	Casada	Mulher negra, Quilombola	Liderança do território quilombola Sesmaria do Jardim - MIQCB-MA	Matinha - MA	4 a 7/05/20
Francisca Pereira	36	3	Casada	Quebradeira de coco babaçu	Coordenadora do MIQCB - MA	Codó – MA	4 a 6/05/20
Lourdes Santos	40	2	Solteira	Mulher negra, Quilombola, agricultora	Presidenta	Mirandiba - PE	11/05/20
Gorete Nunes	35	0	Solteira	Mulher negra, filha de agricultores familiares e agrônoma	Presidenta do Grupo Doce Esperança	Santa Cruz da Baixa Verde - PE	11/05/20

Fonte: Elaboração própria.

⁴ Movimento Interestadual De Mulheres Quebradeiras De Coco Babaçu. Para saber mais: <https://www.miqcb.org/>

⁵ Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado Tocantins.

⁶ Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco. Para saber mais: <https://www.fetape.org.br/>

Para a análise e discussão dos dados, materializados pelos depoimentos das lideranças, recorreremos às diversas teorias feministas e feminismos para refletir os trânsitos e continuidade entre as esferas pública e privada para compreendermos a participação política das mulheres rurais do Nordeste brasileiro, os comportamentos das pessoas durante a pandemia de Covid-19, a reprodução dos estereótipos de gênero, as situações de violência e as estratégias locais que perpassam pelo cuidado, através da participação política e comunitária das lideranças rurais.

Participação política e comunitária um continuum entre as esferas pública e privada

Às mulheres rurais, referimo-nos aquelas mulheres que vivem no meio rural e que possuem as diversas ocupações, identidades e modos de vida: agricultora, dona de casa, mãe, artesã, professora, comerciante, estudantes, ribeirinhas, posseiras, boias-frias, diaristas, parceiras, extrativistas, quebradeiras de coco, pescadoras artesanais, sem-terra, assentadas, indígenas, quilombolas, descendentes de colonos europeus, etc. São mulheres que distantes das grandes cidades e diante de expressões específicas “de ser e fazer” compõem a diversidade do nosso país. As mulheres que contribuíram com o nosso artigo através dos seus depoimentos serão identificadas como mulheres rurais ou lideranças rurais, para fazer alusão tanto ao modo e ao meio de vida nos quais estão inseridas, quanto à sua expressão de liderança política em suas localidades e espaços que participam.

A década de 1980 é uma importante marca da organização política de mulheres rurais em diversos estados e territórios brasileiros; é também a década que as mulheres lutam e conquistam o reconhecimento da categoria “trabalhadora rural” e a incorporação dos direitos previdenciários para as mulheres rurais na Constituição Brasileira de 1988. No entanto, autoras (CAPPELLIN, 1989; CARNEIRO, 1994; ABREU E LIMA, 2010; BORDALO, 2011) que se debruçaram sobre o tema do sindicalismo das mulheres rurais afirmam que as mulheres participavam do movimento sindical (rural) desde o seu início (1962) na qualidade de esposas; algumas acompanhavam seus maridos nas atividades sindicais e políticas, outras colaboravam no preenchimento das fichas de filiação dos trabalhadores, mas não tinham poder de decisão tampouco, visibilidade nesses espaços.

Sabemos que, atualmente, as mulheres estão cada vez mais organizadas em movimentos sociais, articulações, redes, fóruns e diversas formas de coletividade; porém, no que se refere à participação política representativa, as mulheres brasileiras correspondiam a 15% das representantes nas duas Casas Legislativas em 2019, mantendo o Brasil no rodapé do *ranking* mundial da União Interparlamentar (IPU) de presença feminina em Parlamento⁷.

Ainda no que tange outros espaços de participação democrática e participativa, como por exemplo nos Conselhos Nacionais de diversas temáticas, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2013) o perfil dos participantes conforme o sexo possui uma composição predominantemente masculina, 63% de homens e 37% de mulheres. No entanto, esse perfil de participação em nível nacional se diferencia quando comparado às instituições participativas locais, que apresentam maior participação de mulheres, como nos orçamentos participativos, nos conselhos municipais, movimentos sociais e em associações diversas da sociedade civil (CUNHA, 2007; RIBEIRO, 2010).

A maior participação das mulheres em instituições locais de participação se explica pela facilidade de conciliar as funções domésticas com as funções participativas, ao contrário dos homens, que por não assumirem as responsabilidades domésticas, permitem-se participar de espaços mais distantes do lar, que implica em deslocamento mais duradouro, viagens e mais tempo disponível para permanecer distante da dinâmica doméstica. De acordo com o IPEA (2013), quanto mais distante do nível municipal, mais se reduzem as chances de participação das mulheres.

Quando se trata dos espaços não representativos ou eletivos, as mulheres se destacam como lideranças pela sua participação massiva nos movimentos de base territorial, nas mobilizações comunitárias e por seu comprometimento na luta por interesses de suas comunidades e grupos. Contudo, a participação das mulheres está inserida dentro de um contexto de reprodução das desigualdades e, ainda que existam experiências participativas que propõem a ruptura desse contexto que afasta as mulheres da esfera pública e política, as mulheres ainda permanecem em desvantagem, além de numérica, também de condições para a participação,

⁷ Ver mais em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/10/08/mulheres-sao-15-do-novo-congresso-mas-indice-ainda-e-baixo.htm>

consequentes das desigualdades nas relações de gênero e divisão sexual do trabalho. Violeta Mosquera (2018, p. 56) afirma que

Estudios sobre la participación política de las mujeres dan cuenta de las dificultades que estas enfrentan, ya sea por la falta de condiciones materiales de acceso - tiempo, conocimientos, redes de poder, etc. - como por la subordinación a una racionalidad política masculinista a la que se ven abocadas al conquistar puestos de representación. Se considera que el eje patriarcal predominante puede influir en sus acciones políticas.

Algumas autoras feministas (PATEMAN, 1993; PEDREIRA, 1994; OKIN, 2008) possuem consolidados trabalhos sobre tais questões a fim de explicitar as ambiguidades que permeiam os conceitos de gênero, esfera pública e privada em interlocução, além de questionar as teorias liberais que desconsideram a esfera privada em detrimento da esfera pública.

Susan Okin (2008) alerta que, frequentemente, na teoria política, os termos “público” e “privado” têm sido utilizados com pouca preocupação, no que tange a apresentar uma precisão acerca de sua definição, como se fossem termos que apresentam consenso no debate teórico. Por outro lado, os estudos feministas estão cada vez mais fazendo questão de explicitar as ambiguidades que essa dicotomia carrega. De acordo com a autora, a primeira ambiguidade se refere à distinção entre Estado (“propriedade pública, estatal”) *versus* sociedade (“propriedade privada, pertencente a membros da sociedade, onde o Estado não tem acesso”); a segunda ambiguidade diz respeito à vida não doméstica *versus* a vida doméstica, ou seja, Estado *versus* família (OKIN, 2008, p. 306).

Okin argumenta que, nos dois casos, o Estado integra a esfera pública, mas a sociedade civil (como domínio socioeconômico intermediário, nos termos de Hegel) no primeiro momento, integra-se à esfera privada e, no segundo, à esfera pública. Confirmando, assim, que as ambiguidades dessas dicotomias se constroem dependendo do contexto em que estão sendo analisadas, reforçando a preocupação das feministas diante da clareza desses conceitos. A definição do que pertence ao público e ao privado é relativa, contudo, o debate feminista centra a sua discussão na segunda ambiguidade, pois é a partir da divisão Estado *versus* família que se fundamenta a estrutura de gênero em nossa sociedade (OKIN, 2008).

Rousseau já formulava a divisão entre esfera pública e privada marcando exatamente os papéis sociais de gênero, a partir da naturalização das mulheres em

sua associação ao papel de mãe, que define a sua dependência e invisibilidade social. Para o filósofo, a mulher, possuindo a sua fundamental função de ser mãe, não pode atingir a imparcialidade necessária à constituição de uma vontade geral, logo, encontra-se impossibilitada de participar do contrato social (LAMOUREUX, 2009, p. 210). Carole Pateman (1993) faz uma valorosa crítica aos teóricos contratualistas, pois, ao dar origem à esfera pública, o contrato social estabelecia um acordo de “igualdade entre todos”, no qual as mulheres não cabiam.

Dessa forma, as mulheres não participavam do contrato social e, tampouco, a esfera privada foi considerada, politicamente. O contrato de casamento e as relações de dominação não apresentam relevância política para o contrato social, ou seja, para a esfera política (PEDREIRA, 1994). É nesse sentido que a teoria feminista se ancora em discutir e criticar a separação entre Estado x família, pois a esfera que compreende o doméstico ficou excluída das discussões políticas, tendo, assim, até mesmo nos debates atuais, a sua existência ignorada.

María Lugones nos chama atenção para o homem europeu, burguês, colono, moderno transformado em sujeito/agente, próprio para governar, perfeito para a vida pública, um ser civilizado heterossexual, cristão, um ser da mente e da razão, que excluía do contrato social a mulher europeia burguesa limitando-a aos papéis de reprodutora de sua raça e do capital por meio da sua pureza sexual, passividade e domesticidade (LUGONES, 2019, p. 358). Já as mulheres colonizadas, as mulheres negras e indígenas, que já se encontravam na esfera pública através de seus trabalhos nas lavouras, nas ruas como vendedoras, quituteiras, prostitutas (CARNEIRO, 2019) sequer eram consideradas humanas diante da lógica da hierarquia dicotômica da modernidade colonial (LUGONES, 2019).

O conceito de divisão sexual do trabalho é referência para pensarmos o lugar destinado às mulheres na esfera social, que se constrói na esfera privada, condicionando as mulheres às relações de dominação e exploração a partir das relações sociais construídas no âmbito doméstico⁸. Os “papéis sociais” de gênero, que limitam as mulheres à esfera privada, também dificultam a sua participação na esfera pública (que compreende os espaços de decisão e de poder), utilizando-se

⁸ Conforme apontamos ao citar María Lugones, vale ressaltar que as relações de exploração e dominação nas quais destaca o conceito da divisão sexual do trabalho, se reproduz em distintos níveis de violência a depender da raça, classe e orientação sexual das mulheres.

de argumentos essencialistas. Ao chamar atenção para as realidades das mulheres rurais, a interdição à esfera pública implica no não reconhecimento da carga de trabalho doméstico realizado no âmbito familiar, na invisibilidade da sua produção agrícola destinada ao autoconsumo e ao mercado, tampouco, na garantia de condições igualitárias à participação política em espaços de decisões.

A dicotomia entre as esferas pública e privada existe e deve ser evidenciada; não é o caso de tratar as referidas esferas de maneira similar, tampouco de negligenciar uma em detrimento da outra. Cabe à problematização das esferas no sentido de perceber até onde elas se alcançam, qual o limite entre elas e questionar o porquê da esfera privada estar à margem dos estudos acadêmicos e científicos e da prática política.

Susan Okin (2008) argumenta que a igualdade deve se estabelecer anteriormente na esfera privada, garantindo privacidade e segurança econômica para as mulheres e crianças, sem ser separada das outras esferas da vida social e sendo tomada pela responsabilidade do Estado. Assim, ela retoma a questão: “o quanto o pessoal é político?” E responde: Nós queremos dizer, primeiramente, que o que acontece na vida pessoal, particularmente nas relações entre os sexos, não é imune em relação à dinâmica de poder, que tem tipicamente sido vista como a face distintiva do político. E nós também queremos dizer que nem o domínio da vida doméstica, pessoal, nem aquele da vida não-doméstica, econômica e política, podem ser interpretados isolados um do outro (OKIN, 2008, p. 314).

É neste sentido que pensamos a atuação política das lideranças rurais, nessa intersecção entre a vida privada e a vida pública e política. Dessa forma, nos aportamos à teoria feminista ao compreender uma adoção mais complexa do “político” ou do “campo político”, este que exclui as mulheres da esfera pública. O feminismo associa-se com a ideia de que a política existe onde há relações sociais, onde há conflito, onde há relações de opressão e exploração, ou seja, abarcando todas as atividades e esferas sociais, incluindo a violência doméstica, o controle sobre o corpo e sobre a sexualidade das mulheres, a divisão sexual do trabalho, o âmbito doméstico da reprodução da vida e o cuidado (PHILLIPS, 1996).

É válido ressaltar também a escolha de nos referirmos à expressão “participação política” das lideranças rurais, e não “participação comunitária”, pois reforçamos o entendimento acerca da política de forma mais ampla,

reiterando a necessidade de pautar as questões da vida cotidiana na esfera pública. Compreendemos aqui, que tanto as questões de âmbito doméstico, quanto de âmbito comunitário devem ser entendidas no âmbito da política. Nos interessa, aos moldes de Lugones (2019, p. 359), pensar sobre “resistências íntimas e diárias” a partir da participação política das mulheres lideranças rurais colonizadas, desde “o entrelaçamento da vida social que acontece entre as pessoas que não estão assumindo papéis representativos ou oficiais”, mas que seguem construindo processos coletivos de resistência.

Lélia Gonzalez (2011) ao apontar de forma crítica as modalidades de participação política das mulheres na América Latina destaca três vertentes: popular, político-partidária e feminista. Diante da pluralidade das mulheres e, sobretudo, das suas diferenças, que por vezes reproduziam posturas machistas e eurocentradas ao questionar a esfera pública a partir de um viés feminista, esse feminismo não chegava e ainda não chega de maneira horizontal a todas as mulheres. Neste sentido, a autora destaca que, enquanto as mulheres brancas reivindicavam as pautas sobre a liberdade do corpo, da sexualidade e divisão sexual do trabalho ao lutar pela intersecção política da esfera pública e privada, as mulheres “amefricanas e ameríndias”, que encontravam mais espaço no movimento popular, se organizavam coletivamente em prol da sobrevivência familiar (GONZALEZ, 2011). Afinal, as mulheres negras já se encontravam no mercado de trabalho informal, além de conviver com a hipersexualização dos seus corpos e de sua sexualidade, logo, suas pautas emergenciais eram outras e compreendiam a sua comunidade.

No entanto, não queremos aqui afirmar que as pautas sobre sexualidade, saúde/direitos sexual e reprodutivos não sejam de interesse de mulheres das classes populares, negras e indígenas, no entanto, não podemos desconsiderar que as pautas dessas mulheres, que são “sujeitos primários do trabalho reprodutivo, historicamente e nos dias atuais” (FEDERICI, 2019), sempre abarcaram seus povos, suas comunidades e suas famílias no sentido de defender os bens comuns lutando pelo direito à terra, à alimentação, à água, à natureza, à manutenção da sua língua, cultura, espiritualidade, ou seja, as mulheres rurais sempre defenderam o

acesso aos meios de sustentabilidade da vida⁹, que beneficia a todos, que garante a sobrevivência comunitária desde o campo e à cidade.

E é nessa tônica *do fazer a política do privado na esfera pública*, colocando o cuidado e a sustentabilidade da vida (familiar e comunitária) no centro do fazer política, que destacamos neste artigo a atuação das mulheres lideranças rurais no controle à disseminação do coronavírus em suas comunidades.

As populações rurais no isolamento social: problemas estruturais e relações de gênero

Em tempos de isolamento social, as nuances entre o público e o privado tornaram-se ainda mais permeáveis, fazendo das vidas das mulheres uma representação dessa frágil e tensa divisória, na discussão das suas definições dicotômicas responsáveis por traduzir uma diferenciação entre homens e mulheres, excluindo as mulheres do espaço público de decisão e poder. Se o espaço privado se tornou central frente à pandemia, é importante ressaltar que ele é atravessado por mecanismos públicos de regulação, identificados e denunciados graças à luta feminista, alterando o desenho da dicotomia público-privado e das relações de gênero (ABOIM, 2012).

No entanto, na situação de pandemia causada pelo Covid-19, o lugar do privado se torna ainda mais proeminente, fazendo da experiência de isolamento e/ou distanciamento um processo de intensificação das desigualdades de gênero e da injusta divisão sexual do trabalho, que sobrecarregam, sobretudo, as mulheres lideranças rurais, que vivenciam cotidianamente a tensão, e a simultaneidade, entre o público e o privado na atuação política e comunitária.

Além das diversas teorias e manifestações feministas que nos alimenta, nos interessa sempre estar conectadas com as mulheres rurais, que tecem um “feminismo”, através das suas lutas em prol da autonomia, liberdade, igualdade de gênero e dos direitos das mulheres, que nem sempre é denominado pelas mulheres rurais em sua diversidade. Neste sentido, temos o Feminismo Camponês e Popular que se constitui através da iniciativa de um conjunto de movimentos sociais e

⁹ A sustentabilidade da vida prevê o deslocamento do núcleo analítico do mercado em relação às pessoas, da necessidades de produção de bens e lucro para satisfazer as necessidades humanas, tomando como ideia básica o cuidado da vida como objetivo central (DONES i TREBALLS, 2003).

organizações populares que compunham a *Coordinación Latinoamericana de Organizaciones del Campo (Cloc)*¹⁰ e nasce da relação profunda das mulheres camponesas com a terra e a soberania alimentar, além de considerar a luta de classes como fundamento (CALAÇA; CONRE; CINELLI, 2018).

Segundo Michela Calaça, Isaura Conte e Catiane Cinelli, o Feminismo Camponês e Popular assim denominado, é uma construção recente, porém, cunhado em bases sólidas de saberes coletivos, empíricos e teóricos que pautam a luta das mulheres por soberania alimentar e pela “superação do capitalismo, do patriarcado e do racismo” (CALAÇA; CONRE; CINELLI, 2018, p.1162). No entanto, as autoras chamam atenção que não se trata de uma categoria fixa, tampouco passível de consenso estabelecido diante da ampla diversidade das mulheres rurais e camponesas, neste sentido, as autoras comparam o Feminismo Camponês e Popular a um “rio caudaloso”, porque traz a imagem de um caminho que é constituído por muitos igarapés, riachos e rios maiores, que percorrem diferentes territórios; que está em movimento e, por vezes, em tempos de cheia, avança ao revés” (CALAÇA; CONRE; CINELLI, 2018, p. 1173).

Assim, nos importa conhecer e refletir junto às lideranças rurais sobre as estratégias de sobrevivência comunitária em tempos de pandemia, pois, como defende María Lugones (2019), “o feminismo não nos dá apenas uma análise sobre a opressão das mulheres. Ele vai além da opressão, fornecendo materiais que permitem que as mulheres entendam sua situação sem sucumbir a ela” (LUGONES, 2019, p. 363).

Conforme apontamos inicialmente, o nosso diálogo com as mulheres rurais se deu a partir de três eixos: a percepção delas acerca do comportamento generificado das pessoas diante do isolamento social; a atividade da participação política e ações enquanto lideranças; o cuidado e o autocuidado.

Antes de adentrarmos na discussão acerca do comportamento das pessoas à luz das relações de gênero, é fundamental chamarmos atenção para a

¹⁰ “É relevante considerar a diversidade de expressões do feminismo que se manifesta na Cloc: comunitário, indígena, negro, ecofeminismo, feminismo camponês, que a partir do ano 2010, parece caminhar para ter como síntese o Feminismo Camponês e Popular. Essa categoria não busca apagar, nem mesmo suprimir as diferenças, ao contrário, busca a unidade na diversidade” (CALAÇA; CONRE; CINELLI, 2018, p. 1171).

especificidade do modo de vida da população rural que é caracterizada por famílias extensas, estreitos laços de afetividade e solidariedade e relações de reciprocidade. Tais valores que orientam o modo de vida no meio rural intensificam a dificuldade e o estranhamento ao distanciamento social, uma vez que várias esferas da vida se reproduzem no âmbito da vida coletiva e, a respeito das formas de lazer, não se faz diferente. Ainda hoje é comum em cidades interioranas e, sobretudo, na zona rural, as pessoas se encontrarem antes da chegada da noite para prostrar, seja em casa, nas calçadas ou embaixo de uma árvore. Neste sentido, as lideranças relatam:

O comportamento está assustador para quem vive na área rural, é algo novo não poder ficar perto de cada pessoa, ter que ficar em casa, não abraçar, beijar... O povo do campo gosta muito de afeto, carinho, então isso para nós de se afastar um do outro (a) está difícil. (Cícera Nunes - PE).

É um negócio bem complicado de entender, né? Porque tem essa relação muito dessa aproximação de povo no interior, se visitar toda hora, andar, ir na casa do outro toda hora, quando não vai, fica doído. Mas, eu tô aguentando, eu tô sentindo falta de ir na casa das pessoas, mas só que... eu sei que não é pra ir, que não deve, que tem que ficar em casa, pra gente ir se acostumando... (Rosa - MA)

A gente tem um costume aqui de toda a tarde desse horário, sentar todo mundo em frente de uma casinha ali. Então, esse costume mesmo com a pandemia, ele não foi dissolvido, num é? As pessoas continuam lá, num é? Aí eu vou lá e converso: “use máscara, cadê a máscara?” [...] Diante de situações como essa, a gente entende que o psicológico fica meio mexido, porque são muitas informações... (Mazer - PE).

Questionamos às lideranças sobre as principais dificuldades que as mulheres rurais estão enfrentando neste momento de pandemia da Covid-19. As dificuldades apontadas por Gorete (PE) e Lourdes (PE) versam sobre as limitações com relação à mobilidade rural, pois, os carros de linha¹¹ que funcionam em tempos de

¹¹ Os chamados carros de linha em Pernambuco são caminhonetes privadas que atuam tanto no serviço particular, como também, fazem contratos com a prefeitura. Na ausência de transporte

“normalidade”¹² de circulação de pessoas não estão disponíveis para que as mulheres acessem as sedes dos municípios, para a realização de compras de mantimentos e outros produtos básicos do consumo familiar.

Abrimos um parêntese em nossa discussão para chamar atenção para a temática da mobilidade rural, tema ainda incipiente nos estudos acadêmicos e nas políticas públicas. A mobilidade se constitui em um fenômeno de crescente relevância demográfica, econômica, psicológica, social e política, logo, este nicho de investigação deve considerar as diferentes formas de habitar e ocupar o espaço, assegurando o entrelaçamento com as categorias de desigualdade social e poder, a fim de destacar as situações de vulnerabilidade e processos de exclusão sofridos pelas pessoas. Se em tempos de “normalidade” a mobilidade rural já se constitui como uma violência à população rural, uma vez que esta população não desfruta de serviços de transporte seguros e regulares, as condições de deslocamento durante a pandemia, sobretudo para as mulheres, agrava as desigualdades e promove a exclusão social ao dificultar o deslocamento para acessar serviços essenciais, como: supermercados, farmácias, bancos, políticas públicas (auxílio emergencial) e postos de saúde.

Cícera Nunes (PE) enumera várias dificuldades pelas quais as mulheres estão passando neste momento de pandemia, como: dificuldades financeiras por estar toda a família em casa e as escolas fechadas; violência doméstica; sobrecarga das tarefas domésticas e da educação das crianças; aumento do trabalho na roça e os trabalhos comunitários. A liderança aponta questões objetivas e estruturais que acometem as mulheres neste momento de conjunção de crise econômica, sanitária e política. No entanto, duas lideranças, Mazer (PE) e Francisca (MA) relataram que a maior dificuldade das mulheres neste momento é conscientizar a sua família para o cumprimento do distanciamento social. A dificuldade de convencer que filhos e

público, muitas vezes é a única opção de transporte coletivo que interliga diferentes comunidades rurais e a zona rural à sede dos municípios, além dos pau-de-arara. Comumente, esses carros não atuam com horário fixo, mas sim, de acordo com a demanda de passageiros.

¹² Destacamos a palavra normalidade, no contexto da mobilidade rural, para chamar atenção que desde antes da pandemia, as formas de deslocamento disponíveis nas zonas rurais do Brasil provocam exclusão social de maneira multidimensional.

maridos devem ficar em casa foi apontada pelas lideranças como forte motivo de preocupação para as mulheres.

As maiores dificuldades que as mulheres estão passando é de conscientizar a sua família pra ficar em casa, porque mesmo aqui na comunidade, os filhos, maridos, eles estão na quarentena, mas não aderiram 100%. Então vão pra cidade a hora que quer, voltam a hora que quer, então isso é uma preocupação. (Mazer- PE)

Dentro da comunidade, a maior dificuldade que as mulheres estão tendo nesse momento é em relação à questão de conscientizar, né? Os filhos, mas a questão mais da juventude, que no caso era a que mais tava saindo de dentro da comunidade pra outras comunidades pra dentro da cidade. E acho que esse é o maior desafio das mulheres que tã dentro da comunidade, que eu consegui observar. No começo da pandemia foi de conscientizar, né, o parceiro que tava lá, de dizer que aquilo ali era verdade, que muitos não acreditavam, falavam que não, que isso não era verdade, que essa doença não existia. (Francisca - MA)

Sabemos que os casos de violência doméstica estão aumentando em várias partes do país (os casos na zona rural são comumente mais subnotificados), contudo, entendemos que a circulação dos homens para atividades não essenciais, em tempos de isolamento social, também é uma forma de violência, ao expor toda a família ao risco de contágio pela Covid-19, além de deixar as mulheres (mães, filhas, namoradas, tias, avós, etc.) nervosas e inseguras; que, além da sobrecarga física diante do trabalho doméstico e de cuidado (com crianças, pessoas idosas e /ou com deficiência) ainda mais exigente em tempos de pandemia, a sobrecarga mental se intensifica, devido à preocupação constante em manter a sua família saudável e protegida.

Perguntamos às lideranças sobre o comportamento das pessoas com a intenção de perceber como as desigualdades e relações de gênero operam em suas comunidades diante das recomendações para evitar a disseminação do vírus através do distanciamento social. Nos chamou atenção duas opiniões que revelam de diferentes maneiras a injusta divisão sexual do trabalho. Se por um lado, algumas lideranças nos responderam que as mulheres estão respeitando mais o isolamento

social, uma vez que elas acreditam mais na veracidade e no perigo da doença, por outro lado, percebeu-se a maior circulação das mulheres, já que são elas as responsáveis pela administração do lar.

As mulheres, elas aderiram mais, num é? Elas orientam mais, elas se preocupam mais, mas os homens, eles não. Eles saem mais do que as mulheres, num é? Então é muito complicado ainda essa questão, né? Eu fico aqui e observo que mais os homens passam aqui de moto pra cidade, passam a pé, num é? Como se ele fosse o responsável pra qualquer coisinha que faltar tem que ir na rua. Não sabe, por exemplo, priorizar, deixar faltar mesmo pra depois ir fazer uma feira, né? Comprar já tudo pra não tá toda hora na cidade (Mazer - PE).

Neste caso eu percebo que as mulheres estão saindo mais, são elas que vão para as filas das lotéricas, passam o maior tempo nas filas, nos postos de saúde, por exemplo, são as mulheres que estão lá. Na minha opinião são mais as mulheres que mais estão saindo, mas eu vejo que sempre com cuidado, usando máscaras¹³, muitas estão ciente que quando precisar sair tem que seguir as orientações, muitas estão fazendo isso, muitos homens também trabalham, os que não podem estar parados, estão trabalhando, mas para sair mesmo e resolver algum tipo de coisa são as mulheres mesmo. (Gorete - PE)

As mulheres, ao serem as principais responsáveis pelo bom funcionamento do lar, pela gestão dos alimentos, das necessidades da casa e de seus habitantes, por vezes se deslocam até a cidade para dar conta de tal função e acabam se expondo ao risco de contágio, além de serem maioria do público que recebe o auxílio emergencial. Este fator também aparece como uma dificuldade para algumas mulheres, pois, segundo Mazer (PE) “pra receber esses 600 reais, elas têm que acordar 2 horas da manhã, 3 horas da manhã, pra ir pra fila da Caixa Econômica e

¹³ Estudiosos da Middlesex University e do Mathematical Science research Institute nos Estados Unidos afirmam que os homens são menos propensos a aceitar o uso da máscara do que as mulheres. Ver mais em: <https://oglobo.globo.com/celina/coronavirus-mulheres-aceitam-mais-uso-de-mascaras-de-protecao-facial-do-que-os-homens-diz-estudo-1-24434745>

ainda chegam em casa 5, 6 horas da tarde” devido às extensas filas que enfrentam¹⁴. Diante das responsabilidades que o trabalho doméstico e de cuidado exigem das mulheres, percebemos que os depoimentos trazem constantemente o sentimento de preocupação, seja em relação à autoproteção, à proteção dos familiares, seja diante da tentativa de convencer seus companheiros e filhos frente às medidas para evitar o contato com o vírus, ou mesmo, garantir recursos para a alimentação da família.

Por outro lado, as lideranças rurais nos sinalizaram que o comportamento dos homens frente às recomendações de isolamento social é completamente oposto ao das mulheres, pois eles não demonstram a mesma preocupação com a família e com a comunidade, são individualistas em suas posturas e não abrem mão do lazer e da permanência nos espaços públicos. Sabemos que o espaço público sempre foi um espaço social ocupado pelos homens, seja no que tange às questões políticas, econômicas ou de sociabilidade; nesses espaços tudo sempre lhes foi permitido. As lideranças rurais já vinham expondo nos grupos de sociabilidade virtual, nos quais fazemos partes (nós: autoras e lideranças), as situações de sobrecarga de trabalho das mulheres, as diversas violências que elas vêm sofrendo, sobretudo, no que diz respeito ao comportamento inconsequente dos homens frente à exposição ao vírus, que tem gerado muito estresse e preocupação.

Eu percebo que os homens carregam muito a questão do poder deles, o poder faz o machismo deles e eles são difíceis. Eles são mais rígidos em relação ao comportamento, eles acham que não é nada, que de alguma forma vai acontecer ou não vai acontecer [o contágio], e acho que as mulheres são mais sensíveis a isso, que elas tanto tenham cisma, que elas são mais sensíveis na questão de se proteger e proteger o homem, proteger a sociedade. A mulher, ela sempre quer fazer a parte coletiva, pensa logo no coletivo, pensa na

¹⁴ Ao concentrar a operacionalização do pagamento do auxílio emergencial aos mais de 45 milhões de brasileiras/os somente na Caixa Econômica Federal, a escolha do Governo Federal provocou filas quilométricas, aglomerações e expôs à população que necessita do benefício ao risco de contágio, além de outras situações de vulnerabilidades como fome, sede e mal estar provocado pelas longas horas de espera nas ruas e em locais abertos, sob sol e chuva. Essas situações se agravam ainda mais para as populações rurais que não dispõem de transporte público e ainda precisam enfrentar longas distâncias até a sede do município.

sociedade, fazer com que salve a sociedade de modo geral, ela pensa muito nela e nos outros. (Maria do Rosário - MA)

As mulheres respeitam mais o isolamento, tem mais disciplina nos cuidados pessoais, tem mais cuidados com a higiene pessoal e coletiva, cuidam mais da saúde, os homens na maioria são mais indisciplinados nessas coisas de cuidados com a saúde e a higiene pessoal. Observo que sai mais os homens de casa, por um comportamento patriarcal, tem que assumir o papel do chefe de família, fazer as compras da casa, pois na hora de pegar o dinheiro de venda da produção ou de venda de animais, o homem na maioria das famílias sempre quem faz negociação e fica com o dinheiro no bolso para administrar, tem que ir jogar dominó, bola, namorar, pois homem é livre e pode tudo. (Cícera - PE)

“Os homens carregam muito a questão do poder deles” e “Homem é livre e pode tudo”, os dois trechos em destaque elucidam as raízes da cultura patriarcal, que subjuga, exclui, domina e explora as mulheres, não somente nas esferas privadas, mas também em outras esferas da vida, como na política, na mídia, no trabalho, na religião e nas relações capitalistas, entendendo o patriarcado em sua formulação mais abrangente, compreendida na dinâmica social como um todo e adaptada à complexidade das relações e instituições contemporâneas (SAFFIOTI, 2004; WALBY, 1990).

As lideranças que contatamos, compreende uma diversidade de mulheres (Quadro 1), de diferentes etnias, territórios, ocupações e formas de atuação política; no entanto, compartilham das dificuldades estruturais que assolam as populações rurais e que se agravam durante a pandemia da Covid-19, e também compartilham da cultura machista que sobrecarrega, adocece e violenta as mulheres. E, mesmo diante do risco de contágio do coronavírus e morte da comunidade, percebemos que os homens seguem reproduzindo padrões de gênero que se afastam do compartilhamento do cuidado, do afeto, da proteção familiar/comunitária e da atenção à saúde. Neste sentido, as mulheres, que frequentemente se disponibilizam à atuação política comunitária, sem remuneração, sem poderes deliberativos institucionais e sem reconhecimento,

seguem na linha de frente para garantir a sobrevivência e sustentabilidade da vida comunitária, antes e durante a pandemia.

E é nesse sentido, que apresentamos e refletimos sobre o papel ativo das mulheres rurais, desde seu potencial crítico, que enquanto lideranças rurais possuem lugar de enunciação dentro de suas comunidades ao fazer uso de outras ferramentas e formas de comunicação e mobilização. É o que Andressa Morais (2019) chama de “esfera pública contra hegemômica”, ao caracterizar as novas esferas públicas que servem à deliberação da vontade comum e não fazem parte da política institucionalizada, elencando a sua crítica à esfera pública de Habermas, que em seu contexto privilegia a esfera pública burguesa.

O fazer e o sentir da ação política das lideranças rurais

Ser liderança de comunidades rurais no Nordeste e mulher implica em *fazer a política do privado na esfera pública* na intersecção com o cuidado, com a reprodução e com a manutenção da vida familiar e comunitária, que são orientadores das ações das lideranças. Porém, se por um lado o cuidado, o afeto, a solidariedade e promoção de harmonia são valores convencionados femininos, ensinados e reproduzidos na criação das meninas, direcionando-as para posições de desvantagem na esfera pública, são estes mesmos valores que orientam o *fazer e o sentir política* para as mulheres negras, quilombolas, pobres, indígenas e rurais, que vivem em comunidade e lutam pela sobrevivência do seu povo. Podemos também refletir sob as lentes conceituais de Antony Giddens (1989) em torno da *agência* enquanto capacidade reflexiva do ator humano, que envolvida de um modo contínuo no fluxo da conduta cotidiana, nos contextos da atividade social, é capaz de agir de modo diferente.

Em concordância com os preceitos da economia feminista¹⁵ compreendemos que trabalho é toda atividade destinada à satisfação de necessidades (em seu sentido mais amplo: biológicas, afetivas, políticas, etc.) da produção e reprodução da vida humana (*Asamblea Feminista de Madrid*, 2001 apud OROZCO, 2006, p. 161). No reconhecimento de que o trabalho de cuidado vivenciado pelas mulheres

¹⁵ A economia feminista se propõe a desenvolver novas perspectivas e formas de ver o mundo social e econômico que permitam tornar visível o que tradicionalmente a economia clássica tem mantido como oculto, ou seja, o trabalho não remunerado das mulheres.

não se desenrola isoladamente e, menos ainda, nos cortes abruptos entre público e privado, mercado e família, mercado e comunidade, a ambiguidade entre o público e o privado que envolve o trabalho de cuidado das lideranças rurais através do fazer política em nossa análise, expressa a continuidade das atividades remuneradas e não remuneradas, a fim de atender necessidades biológicas, afetivas, de convivência, sobrevivência e resistência comunitária no espaço público.

Amaia Orozco ressalta que o conceito de trabalho de cuidado surge das experiências das mulheres no contexto ocidental, em seus múltiplos espaços - de trabalho - intermediários não reconhecidos. Com a noção de trabalho de cuidado, procuramos compreender essas dimensões intermediárias, destacando, sobretudo, a dimensão afetiva e relacional das atividades, através dos relacionamentos e dos processos, em vez de produtos finais (compreendido pelo trabalho doméstico) (OROZCO, 2006).

O trabalho de cuidado é comumente estudado, refletido e problematizado no campo da esfera familiar, seja pago ou não pago, ou no campo da educação ou da saúde. A nossa proposta de reflexão é pensar o trabalho de cuidado desde a política do cotidiano, imbricada na participação política das lideranças rurais, pensando o cuidado na esfera pública/comunitária em um momento de pandemia. Nesse momento em que a população brasileira necessita de cuidados (no mais amplo sentido da palavra) e “o Estado não chega”, são as mulheres lideranças rurais, as protagonistas pela sustentabilidade da vida em suas comunidades que adotam estratégias de proteção comunitária e de sobrevivência¹⁶ do seu povo.

Com pouco ou nenhum recurso financeiro, as lideranças rurais estão adotando estratégias de educação e de divulgação de informações sobre como proteger-se do coronavírus através de diversas vias de comunicação, desde porta

¹⁶ Vale ressaltar que as mulheres que contribuem para esta reflexão são mulheres de comunidades tradicionais, quilombolas, quebradeiras de coco, agricultoras familiares, assentadas da reforma agrária, ou seja, correspondem a um grupo social que além de não poder contar com políticas efetivas governamentais, vem sendo atacado constantemente com ações de despejo em terras quilombolas, ameaças de morte proveniente do setor do agronegócio e da mineração, propostas de lei para exclusão do acesso de agricultores familiares ao auxílio emergencial, etc.

em porta¹⁷, utilizando as redes sociais e grupos de sociabilidade virtual e recorrendo à rádio comunitária. Mazer, da Comunidade quilombola do Feijão (PE), denuncia a ausência do poder público municipal, uma vez que as comunidades quilombolas não receberam visita ou material informativo e de prevenção da Secretaria de Saúde do Município. Abaixo, Maria do Rosário e Cícera Nunes relatam como estão agindo em suas comunidades e espaços de atuação¹⁸.

Eu tenho conversado sim, desde que iniciou essa questão da pandemia, inclusive eu tive que falar com as pessoas aqui na comunidade, sendo a primeira pessoa a comunicar, porque eu saia muito, eu tinha as reuniões, aí eu tive que parar e conversar com as pessoas. Eu converso com elas nas suas casas, na unidade de produção e as pessoas, de modo geral, elas tem escutado, sem demonstrar nenhuma crítica e ficam muito atenciosos. Quando eles sabem alguma coisa a mais eles vêm e me falam e eu vejo que eles estão pedindo uma opinião, para saber o que eu acho. Então as coisas tem andado dessa forma. Enquanto isso, deixa mais a gente, enquanto mulher e liderança, isso deixa a gente mais empoderada, com mais força de lutar a favor da sociedade e de outras mulheres (Maria do Rosário - MA)

Estou tendo o contato virtualmente, tenho orientado em reuniões, por redes sociais, no assentamento e comunidades. Há famílias que tem internet em casa, pelo menos uma pessoa da maioria das famílias tem o facebook ou whatsapp. (Cícera Nunes - PE)

Embebidas pelos preceitos da sustentabilidade da vida, que não pretende capturar essências e sim processos (OROZCO, 2006), as lideranças rurais não desvinculam o trabalho de cuidado da sua ação política. A sustentabilidade da vida também prevê o entendimento da economia de maneira aberta ao conjunto de relações sociais que garantem a satisfação das necessidades das pessoas e, tais

¹⁷ Em muitas comunidades rurais as casas são distantes umas das outras e a visita das lideranças às casas implica em disponibilidade de tempo, recursos físicos e financeiros para o deslocamento (a pé, bicicleta, moto, cavalo, carro, etc.).

¹⁸ No caso de Cícera Nunes que é uma liderança rural de uma entidade estadual, a FETAPE, fazemos tal destaque para ressaltar que sua participação política vai além do assentamento onde reside.

necessidades estão em constante mudança. De acordo com Amaia Orozco (2006, p.154), “as feministas enfatizam que as necessidades são multidimensionais e heterogêneas” e incluem uma dimensão mais “objetiva” - que se refere às necessidades biológicas - e outra mais “subjetiva”, que se refere ao afeto, cuidado, estabelecimento de vínculos sociais e participação na dinâmica coletiva (CARRASCO, 2003).

Experienciar a vida diante de uma pandemia é algo inédito para a ampla maioria da população brasileira, logo, nos deparamos com novas necessidades, mas também, com o agravamento das condições para suprir necessidades já conhecidas. A alta taxa de desemprego, dificuldades de escoamento da produção agrícola, aumento dos preços de produtos industrializados, maior permanência dos membros da família em casa são alguns fatores que interferem diretamente na subsistência das pessoas. Além das necessidades básicas que contemplam a alimentação, os procedimentos de proteção contra o coronavírus requerem água, material de limpeza e máscara. Água é uma necessidade objetiva em primeira ordem presente ao longo de toda a vida dos seres humanos, no entanto, o acesso nem sempre é uma realidade para as populações rurais, contudo, vale ressaltar que neste ano choveu bastante e possibilitou o armazenamento de água na região Nordeste, não sendo uma questão mencionada pelas lideranças como dificuldade. No entanto, a garantia da alimentação, de material de limpeza e das máscaras dependeram da articulação e atuação das lideranças a fim de suprir tais necessidades das comunidades.

Rosa (PE), que já produzia sabão artesanal para o consumo familiar, compartilhou sua produção com a comunidade; Maria Ednalva (TO) comprou máscaras com recursos próprios para distribuir, Mazer (PE) participou da articulação com ONG's e Universidade para viabilizar as doações de alimentos e materiais de limpeza, disponibilizando a sua casa como ponto de recebimento e de limpeza de todo o material antes de entregar para as famílias; e Lourdes (PE) participou da articulação e mobilização para que a sua comunidade também recebesse doações de materiais de limpeza, além de solicitar aos doadores pacotes de leite para as crianças, sendo assim, atendida. Abaixo, destacamos outras iniciativas relatadas, no entanto, é importante lembrar que a maioria das ações nos foram informadas/realizadas até a primeira semana do mês de maio.

Tenho feito campanhas solidária de arrecadação de alimentos, roupas, álcool, material de limpeza, através das comunidades, dos sindicatos de trabalhadores(as) rurais da agricultura familiar, da FETAPE, igrejas e etc. Ao arrecadar alimentos, roupas e outros mantimentos ou entregar, estou sempre cumprindo as normas das organizações de saúde, usando luvas e máscaras. O nome da nossa campanha é Mãos solidárias: agricultura familiar cuida da terra e alimenta o mundo. (Cícera - PE)

Eu estou engajada numa campanha de confecções e distribuição de máscaras, principalmente na zona rural, estou fazendo o possível para que essa campanha se estenda para todas as comunidades de Santa Cruz da Baixa Verde. É uma forma de ver as pessoas protegidas, quando precisarem sair estarem protegidas. Então, me engajei nessa campanha que acho muito relevante. As comunidades próximas da minha já receberam, e estão se protegendo quando saem. E sobre a reação delas, muitas ainda não querem entender que precisam usar, mas a gente está orientando. Tem um panfleto que acompanha as máscaras, tem as orientações para utilizá-las e a importância de utilizá-las, mas a maioria das pessoas está respondendo bem. Algumas disseram que já estavam precisando porque vão à rua essa semana, mas elas estão respondendo bem, vejo que elas realmente estão se protegendo. (Gorete - PE)

As ações das lideranças rurais, seja na divulgação de informações; na denúncia aos órgãos municipais de festas promovidas por pessoas de fora na comunidade; na indicação de chás e produção de alimentos saudáveis para aumentar a imunidade; na articulação e mobilização de recursos materiais para satisfazer necessidades “objetivas”, alimentam também as necessidades “subjetivas”, pois, reforça os laços da vida comunitária através do cuidado, promove o sentimento de coletividade, de proteção e da certeza que existe alguém na linha de frente garantindo ou tentar garantir a sobrevivência do grupo.

Para Antony Giddens, a estrutura é considerada como um conjunto de regras e recursos que permitem a reprodução das práticas sociais por dimensões variadas de tempo-espço. Se por um lado, a estrutura exerce constrangimento ou limitação sobre o agente, por outro, oferece-lhe habilitação e possibilidades

(GIDDENS, 1989), assim, a agência das lideranças rurais articuladas às esferas da vida coletiva recriam, nas práticas cotidianas, a estrutura societária no tempo e no espaço. As lideranças rurais mantêm a sua agência resistindo ao projeto de transformação civilizatório que coloniza a memória e apaga o conhecimento das pessoas sobre si mesmas, provocando o distanciamento das relações intersubjetivas, das relações com o mundo espiritual, com a terra, com a matéria da sua concepção sobre a realidade, a identidade, e a organização social, ecológica e cosmológica (LUGONES, 2019, p. 361).

Enquanto lideranças rurais, a responsabilidade assumida, principalmente pelas mulheres, é enorme, envolvendo processos de cuidado complexos, além da articulação com distintos atores sociais em nível municipal, estadual, federal e até internacional. As mulheres nos relatam que o trabalho das lideranças não é um processo simples; para adquirir o respeito das pessoas da comunidade envolve um processo de interações e escolhas individuais e coletivas que se estabelecem na interação entre atores e destes com a estrutura social, é o que Giddens (1996) chama de confiança ativa, uma vez que a política da vida é ao mesmo tempo individual e coletiva.

As lideranças rurais que dialogamos são extremamente respeitadas em suas comunidades, no entanto, isso não quer dizer que as relações sociais sejam isentas de conflitos internos. Todas as mulheres que conversamos participam ativamente dos espaços políticos locais e são reconhecidas por isso. Nesse contexto, Lorena Moraes (2017) em sua pesquisa com mulheres lideranças rurais, em atuação nos espaços comunitários e públicos no Sertão do Pajeú - PE há pelo menos uma década, relata que as mulheres passam a adquirir confiança e respeito com o tempo, uma vez que, no início de suas trajetórias de participação política as mulheres eram frequentemente interpeladas por comentários que questionavam seus papéis de mulher-mãe-esposa diante da circulação no espaço público. Com o passar dos anos, a comunidade passa a se acostumar, sobretudo, quando percebe a concretização do trabalho de participação política através das benfeitorias materiais, políticas públicas e projetos sociais que essas mulheres mobilizaram em prol da comunidade.

Neste artigo não iremos nos adentrar aos conflitos; nosso foco é a agência delas frente à sobrevivência comunitária durante a pandemia, no entanto, vimos a

resistência dos homens e da juventude em cumprir as recomendações da Organização Mundial da Saúde, que são diariamente reforçadas pelas lideranças.

Neste sentido, perguntamos às mulheres rurais como elas se sentem neste papel de liderança, no contexto atual e, das oito mulheres que dialogamos, quatro relataram preocupação, impotência e angústia diante do comportamento das pessoas; pelo fato de seus municípios não possuírem uma cobertura de saúde pública satisfatória; diante do contexto político atual e; diante da impossibilidade de “poder fazer mais pela comunidade”. Três das nossas interlocutoras foram por outro caminho de discussão ao afirmarem que se sentem bem ao cuidar da comunidade e ao perceberem o reconhecimento e a confiança das pessoas. No entanto, tal reconhecimento e confiança se constrói diante de expectativas cunhadas na cultura patriarcal, que vinculam as mulheres ao papel de cuidadoras, que reflete na autocobrança em garantir o bem estar comunitário e, no sofrimento diante de suas limitações.

Eu acho que, eu tenho uma grande responsabilidade com o povo da comunidade. E ser liderança pra mim não é fácil, né? Fico feliz em ser liderança da comunidade, de estar organizando as companheiras, os companheiros, a juventude e as crianças. Eu acho que é um papel importante, né? De ter esse respeito dos demais da comunidade. Eu acho que, isso me deixa feliz, né? E eu acho que, foi um grande passo. A gente conseguiu organizar a comunidade, com a ajuda das companheiras e dos companheiros. E eu acho que o ponto negativo em ser uma liderança na comunidade é quando você não consegue buscar as políticas públicas adequada, né? Pra que, a comunidade se desenvolva mais. Eu acho que esse é o ponto negativo. Isso que me enfraquece, que me deixa triste. (Francisca - MA).

Autocuidado: uma questão política de sobrevivência

No cenário excepcional de uma pandemia mundial em que o autocuidado tem um papel social e político significativo, sua discussão se torna fundamental no entendimento sobre as experiências das lideranças rurais em constante atividade política. Queríamos saber como as mulheres lideranças rurais estão se cuidando nesse momento de acúmulo de trabalho e de preocupação; como e se estão

dedicando tempo para si mesmas; como lidam com o cuidado do corpo, da mente e dos seus sentimentos. No entanto, a maioria das respostas sobre o autocuidado estavam relacionadas a uma dimensão coletiva do cuidado.

Bom, esse autocuidado, tô tendo pouco tempo. Assim, desde o começo da pandemia que eu fui pro interior, então foi antes da Semana Santa. Então, aí foi todo mundo pra lá, pra comunidade, meu marido, os filhos dele, e aí tem minhas filhas. E aí juntou todo mundo da comunidade, essa responsabilidade grande. Eu acho que tempo mesmo pra me cuidar, tô tendo muito não. É engraçado tu fazer essa pergunta porque até esses dias minha filha vem dizendo assim: “mas mãe, a senhora tá relaxada, tá descuidada”, né? E eu acho desses últimos tempos, eu tô tão cansada. Aí vem a questão da roça, e aí vem a questão de fazer comida, vou fazer comida. [...] E quando eu tenho um tempo pra descansar, eu quero descansar, eu quero me deitar um pouco. Às vezes, eu vou dormir mais cedo. [...] O que me deixa feliz de tá na comunidade, tá mais tempo em casa é a questão de cuidar mesmo das minhas coisas. Até mesmo das minhas plantinhas que estavam jogadas, que agora eu tenho tempo de cuidar das minhas plantas e da minha casa, e tô tendo mais esse tempinho na pandemia. Quando eu tô na comunidade, eu vou na casa de todo mundo e todo mundo vai na minha casa. Eu acho que essa foi uma parte boa, que fortaleceu muito, tá dentro da comunidade e as pessoas me vê mais tempo lá. Mais presente na vida dela, eu acho que essa também é uma parte importante (Francisca - MA).

Nesse contexto, a noção de cuidado está associada à definição do trabalho de cuidar e à necessidade de reconhecer as várias maneiras de cuidar no processo de socialização de gênero, envolvendo o autocuidado que a pessoa realiza sobre si mesma; as redes de cuidado e o cuidado mútuo, entre duas ou mais pessoas a partir de relações de reciprocidade; e o cuidado de pessoas em condições de dependência. Amaia Orozco (2006; p. 170) adverte sobre a construção moral do cuidado, que nega a interdependência e se expressa nos homens através da noção “de que eles devem ser cuidados por outras pessoas (mulheres)”, enquanto as mulheres foram educadas para “cuidar dos outros” secundarizando o cuidado de si e as relações de reciprocidade.

Na situação de uma pandemia mundial, a gestão e organização do tempo acaba sendo crucial na vida das mulheres, implicando novas formas de sociabilidades e de “flexibilidade” do trabalho. Cristina Carrasco (2001) nos lembra que as necessidades humanas de cuidados e relações requerem uma determinada organização do tempo e do espaço, compartilhado por pessoas diferentes da família e fora dela. Nesse contexto, há a possibilidade de conflitos na conciliação e negociação do tempo, que se intensificam na medida em que se faz necessário reconfigurar as esferas da vida. É válido ressaltar que seis das nossas interlocutoras possuem dois ou mais filhos e a metade delas é casada; isso implica que a sobrecarga de trabalho que elas já acumulavam, no trabalho doméstico, no trabalho de cuidado, no trabalho na roça e no trabalho de participação política, se intensifica ainda mais com a família toda em casa por mais tempo.

Reconhecer o direito ao tempo, implica em compreendê-lo como recurso fundamental e específico de todas as formas de autocuidado, reconhecendo que as pessoas não têm esse tempo para si mesmas, para seu lazer, para o descanso e para o ócio. Por outro lado, Audre Lorde toma a ideia de autocuidado como resistência política, saindo do caráter individual para reforçar a coletividade, ou seja, como estratégia de sobrevivência comunitária para aqueles que “nunca foram destinados a sobreviver”, como dizia a autora.

Para a construção de um conceito que compreenda a continuidade entre os cuidados, Amaia Orozco (2012) ressalta a importância de reconhecer o caráter coletivo dos sujeitos na realização do trabalho de cuidados, envolvendo redes sociais diferenciadas, responsabilidades e implicações diversas. Quando Gorete nos relata que suas estratégias de autocuidado estão relacionadas à produção de artesanato, ao trabalho na roça e à participação na campanha de produção de máscaras a serem doadas nas comunidades mais próximas, percebemos o caráter coletivo do trabalho de cuidado, realizado para “ocupar a mente” da liderança, ou seja, na proposta de se “autocuidar”. Gorete exemplifica o autocuidado desde o pensamento mais amplo de Audre Lorde, ela se cuida ao cuidar dos seus, ao lutar pela sobrevivência comunitária. Michela Calaça, Isaura Conte e Catiane Cinelli (2018) reconhecem que a construção da autonomia das mulheres camponesas envolve atitudes ligadas ao trabalho, no reconhecimento como trabalhadoras, responsáveis por boa parte do trabalho produtivo, tanto no roçado e nos quintais.

Em relação aos cuidados comigo, estou me cuidando sim, procuro ocupar a mente fazendo artesanato; como estamos numa época muito boa, com um inverno muito bom, procuro estar na roça com as atividades agrícolas, e sempre procuro focar minha mente em coisas positivas, muitos jornais que saem notícias, eu não costumo assistir, e sempre procurando fazer coisas positivas, nessa campanha das máscaras eu fico responsável por embalar e encaminhar para as pessoas, e isso ocupa minha mente, é algo muito bom, e também me sinto útil para as pessoas, então considero que estou cuidando sim de mim mesma. (Gorete - PE)

O autocuidado realizado por Mazer se manifesta na preocupação com a alimentação e com a saúde, evitando o uso de fármacos industrializados como antibióticos e optando pelo uso de ervas medicinais. Importante lembrarmos de um dos preceitos do Feminismo Camponês e Popular: a soberania alimentar, que implica na produção e proteção das sementes crioulas, na produção de alimentos respeitando as culturas e diversidade dos modos camponeses de produção, a fim de garantir o direito de todos à alimentação (CALAÇA; CONRE; CINELLI, 2018, p. 1173). A soberania alimentar e a produção de sementes para as mulheres camponesas e rurais também é uma prática de autocuidado, porque se trata de uma questão de sobrevivência comunitária e de autopreservação.

Em uma situação de surto do vírus Sars-cov-2, a produção de alimentos saudáveis e o uso da medicina tradicional¹⁹ se tornam referenciais para o fortalecimento da imunidade entre as mulheres rurais, como fontes primárias para os cuidados com a saúde. Frente a crítica à medicalização da vida e desumanização da medicina ocidental, associada ao alto custo dos serviços médicos para a população e das dificuldades ou ausência de acesso ao serviço público de saúde desde a zona rural, o autocuidado e o cuidado através da medicina tradicional resistem ao apagamento colonial que deslegitima o acúmulo de saberes das mulheres rurais.

¹⁹ O termo medicina tradicional ou sistema médico tradicional se refere a um conjunto de práticas e conhecimentos tradicionais baseados no uso de recursos naturais e produtivos, envolvendo terapias medicamentosas e não medicamentosas - terapias manuais, espirituais e rituais indígenas - empregados no cuidado com a saúde (ALBUQUERQUE et al., 2011; OMS, 2002).

Eu tô sempre me cuidando, num é? Sempre usando álcool, que eu já usava num é? Minha alimentação, eu procuro o máximo possível que eu posso, comer uma alimentação saudável dentro das minhas condições, num é? Eu evito tomar antibióticos. Então, é mais os meus chás, meus lambedores e de uma certa forma eu sempre acho um jeitinho, um tempo certo pra mim. Isso, antigamente eu não tinha esse tempo, eu não via esse tempo, num é? Mas hoje, eu tenho esse tempo, num é? Eu não tenho essa de deixar de me cuidar, num é? No dia que eu vou cuidar de mim é de mim, no dia que for da casa é da casa, num é? (Mazer - PE)

Mazer consegue organizar o tempo, na conciliação com os afazeres domésticos, para o autocuidado: o do corpo, do psicológico e da alma, conforme relata, através das suas orações e meditações. Cuidado Mazer não tem filhos pequenos e é divorciada; o que pode facilitar o uso do tempo nas conciliações das diversas atividades. No entanto, enquanto mulher negra e quilombola, a liderança Mazer conhece bem a importância de priorizar um tempo para o autocuidado, oriundo de um processo de empoderamento construído por anos no movimento negro e feminista, no entendimento de que cuidar de si pode ser um “ato de guerra política”, representativo da luta diária - pela vida - das mulheres negras na autopreservação (LORDE, 1988). A proposta de Audre Lorde “é que as mulheres negras reconsiderem redimensionar a própria subjetividade no manejo da vida, não como um ato de egoísmo ou de autopiedade, mas numa dimensão ética contra-hegemônica que reconhece e garante a sustentabilidade de si própria para a manutenção do grupo” (AZARIAS, 2016, p. 56).

As experiências das lideranças rurais que dialogamos corroboram ainda com a noção de Audre Lorde, ao pensar o autocuidado também como um ato coletivo, no sentido de torná-lo um ato político ao pensar o autocuidado associado à alimentação saudável, à medicina natural, ao trabalho na terra, ao envolvimento em campanhas que prevê a proteção das pessoas frente a possibilidade de contágio com o vírus, etc. Reforçamos que os valores de cuidado e autocuidado que abrangem a coletividade são fundamentais para sustentar os laços comunitários, a reciprocidade e a solidariedade, no entanto, é importante ressaltar que nem sempre a reciprocidade se estabelece e os valores que regem a vida comunitária frequentemente se sustentam no acúmulo de trabalho das mulheres, na

desvalorização e na dependência social, sobretudo dos homens. Assim, é importante frisar a interdependência, ou seja, todos precisam de cuidado, em seu sentido mais amplo! Se todas as pessoas se ocuparem do ato revolucionário que é o autocuidado, à luz dos ensinamentos de Audre Lorde (1988), a sobrevivência comunitária se efetiva sem explorar os corpos e as mentes das mulheres, sobretudo, das mulheres negras e rurais.

Considerações Finais

No intuito de visibilizar, valorizar e refletir sobre o trabalho das lideranças rurais frente às estratégias de mitigar a disseminação do novo coronavírus em suas comunidades, recorreremos às lentes de diversas teorias feministas e feminismos, como o feminismo branco eurocêntrico, feminismo negro, feminismo decolonial, feminismo camponês e popular e economia feminista para pensar o trabalho das mulheres e, neste caso, o trabalho de participação política das mulheres lideranças rurais através do modo *do fazer a política do privado na esfera pública* a fim de garantir a sobrevivência comunitária.

A luta contra a cultura patriarcal e machista que explora e oprime as mulheres é o que configura o ponto de confluência desses feminismos, que se tornam fundamentais para a reflexão sobre as constantes violências sofridas pelas mulheres rurais. Além de expor e intensificar problemas antecedentes, a pandemia de Covid-19 requer estratégias de sobrevivência que não se apresentam de forma igualitária para todas as pessoas, uma vez que as condições e momentos de vulnerabilidades são vivenciados de maneiras diferentes a depender do país, da região, do estado, município, local de residência, gênero, classe, cor, raça e etnia.

Quando nos referimos aos povos do campo e tradicionais, como é o caso das nossas interlocutoras, a cultura patriarcal que explora e sobrecarrega as mulheres se soma à violência estatal de extermínio dos povos e seus modos de vida e à ausência de acesso aos serviços básicos, que ressignifica a divisão sexual do trabalho e também, a participação política das mulheres. Nessa conjuntura, as mulheres lideranças rurais assumem a linha de frente no combate ao vírus, fazendo do cuidado e do autocuidado uma luta diária de resistência na sustentabilidade da vida comunitária. Contudo, reforçamos que o cuidado/autocuidado é necessário à todas as pessoas, logo, deve ser também responsabilidade de todos.

Com o entendimento da noção de cuidado de forma mais ampla, considerando as relações de reciprocidade e interdependência, seus variados formatos e compartilhamentos, alertamos a urgência do trabalho de cuidado ser levado em consideração no âmbito das responsabilidades e políticas do Estado; para garantir a sobrevivência das pessoas, além da participação democrática. Todo campo político precisa compreender que “a política” se constitui da vida social e relações interpessoais e, para fazer política de forma democrática as pessoas precisam estar saudáveis e providas de recursos básicos para sobreviver. No contexto político atual, diante das ausências e negligências estatais, a participação política das lideranças rurais se efetiva desde a política do cotidiano até o enfrentamento aos retrocessos políticos, (re)sequestro de seus territórios e modos de vida, sempre na linha de frente da luta pelo direito à vida!

Referências

- ABOIM, Sofia. Do público e do privado: uma perspectiva de gênero sobre uma dicotomia moderna. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 20(1): 344, janeiro-abril/2012
- ABREU E LIMA, Maria do Socorro. As mulheres no sindicalismo rural. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide (Orgs.). **Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**. 2 ed. Recife: ed. Universitária da UFPE, 2010. p. 101-123.
- ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino de; SOLDATI, Gustavo Taboada; SIEBER, Shana Sampaio; RAMOS, Marcelo Alves; SÁ, Jemerson Caetano de, SOUZA, Liliane Cunha. The use of plants in the medical system of the Fulni-ô people (NE Brazil): A perspective on age and gender. *Journal of Ethnopharmacology*, v. 133, p. 866-873, 2011.
- AZARIAS, Emily Almeida. Kurialuka: Webdocumentário sobre o autocuidado entre mulheres negras. 2016. 89 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social), Departamento de Jornalismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.
- BORDALO, Caroline Araújo. Os caminhos da política: o sindicalismo rural e os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais em Pernambuco. Rio de Janeiro: **Dissertação de mestrado**, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2011.

CALAÇA, Michela; CONTE, Isaura Isabel; CINELLI, Catiane. Feminismo camponês e popular: uma história de construções coletivas. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, Tocantinópolis, v.3, n.4, p.1156-1183, set./dez., 2018.

CAPPELLIN, Paola. Silenciosas e combativas: as contribuições das mulheres na estrutura sindical do Nordeste, 1976/1986. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BUSCHINI Cristina (Orgs.). **Rebeldia e submissão**: estudos sobre a condição feminina. São Paulo: Ed. Vertice/ Fundação Carlos Chagas, 1989. p. 225-298.

CARNEIRO, Maria José. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. In: **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, 2, junho, 11-22,1994.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (Orgs.) **Pensamento Feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 313-321.

CARRASCO, Cristina (Ed.). Tiempos, trabajos y género. Jornadas organizadas por el Grupo de Investigación de la UB “Treballs, institucions i gènere”, Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales de la Universidad de Barcelona, 2001.

_____. Conciliación? No, gracias. Hacia una nueva organización social. In: MIRANDA, María Inés Amaroso et al. **Malabaristas de la vida**: Mujeres, tiempos y trabajos, Barcelona: Icaria, 2003.

DONES i TREBALLS. Introducción: repensar desde el feminismo los tiempos y trabajos em la vida cotidiana. In: MIRANDA, María Inés Amaroso et al. **Malabaristas de la vida**: Mujeres, tiempos y trabajos, Barcelona: Icaria, 2003.

CUNHA, Eleonora S. M. A efetividade deliberativa dos conselhos municipais de saúde e de criança e adolescente no Nordeste. In: AVRITZER, Leonardo.(Org.). **A participação social do Nordeste**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p. 135-162.

FEDERICI, Silvia. O feminismo e a política dos comuns. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista** - conceitos fundamentais, Rio de Janeiro, Bazar do tempo, 2019. p. 379-394.

GIDDENS, Antony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

_____. Para além da esquerda e da direita. São Paulo: UNESP, 1996.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo latino-americano. Caderno de formação política do círculo palmarino n.1: batalha de ideias. Brasil, 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Conselhos nacionais: perfil e atuação dos conselheiros**. Relatório de pesquisa. Brasília: IPEA, 2013.

LAMOUREUX, Diane. Verbetes: Público/privado. In: HIRATA et al. (Orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009.

LORDE, Audre. *A burst of light: essays*. Firebrand Books, 1988.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (Orgs.) **Pensamento Feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 357-377.

MORAES, Lorena Lima de. - Eu escuto o lado bom!- Um estudo sobre mulheres rurais do sertão pernambucano que enfrentam julgamentos e ampliam desejos a partir da participação política. **Amazônica: Revista de Antropologia**, v. 8, p. 264-282, 2017.

MORAIS, Andressa. Uma virada etnográfica no conceito de esfera pública. In: VII Ciclo de Estudos em Ciências Sociais: Ciências Sociais em Tempos de Resistência da UFRN, 2019, Natal. **Anais eletrônicos...** Natal: UFRN, 2019. Disponível em: https://issuu.com/viicesoufrn/docs/anais_do_vii_ciclo_de_estudos_em_ci_0bd8306_da734e3 Acesso: 20/07/2020.

MOSQUERA, Violeta. **Comunidade, Estado y subjetivación: la participación de mujeres indígenas em Ecuador**. Quito. FLACSO Ecuador: Abya-Yala, 2018.

OMS. Organização Mundial da Saúde. **Estratégias de la OMS sobre medicina tradicional 2002-2005**. Genebra: Organização Mundial da Saúde. 2002.

OKIN, Susan. Gênero: O Público e O Privado. **Revista estudos de gênero**, Florianópolis: 16(2), maio-ago. 2008.

OROZCO, Amaia Perez. **Perspectivas feministas en torno a la economía: el caso de los cuidados**. Este texto fue editado por el Consejo Económico y Social en 2006. Editores: Madrid : Consejo Económico y Social, 2006.

_____. Ameaça tormenta: a crise dos cuidados e a reorganização do sistema econômico. In: MORENO, Renata. (Org.) **Análises feministas: outro olhar sobre a economia e a ecologia**. São Paulo: SOF, 2012. p. 51-93 (Coleção Cadernos Sempre Viva. Série Economia e Feminismo, 3).

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PEDREIRA, Elena Beltrán. Público y privado (sobre feministas y liberales: argumentos em um debate acerca de los límites de lo político). *Doxa* 15-16. 1994, p. 389-405.

PHILLIPS, Anne. De uma política de ideias a uma política de presença? *Estudos Feministas*, Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, v.9, n.1, p. 268-290, 2001.

RIBEIRO, Uriella Coelho. Saúde é assunto para as mulheres: um estudo sobre a dinâmica participativa de Conselhos Municipais de Saúde do Brasil. In: AVRITZER, Leonardo (Org.). *A dinâmica da participação local no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010. p.215-252.

Recebido: 30 junho 2020

Aceito: 19 agosto 2020